12 CONGRESSO CAIS
desperta consciências

Gestão e razão de ser da educação: O imperativo da cooperação

Alice Mendonça - Universidade da Madeira

E-mail: alice@uma.pt

http://www3.uma.pt/alicemendonca/curriculum.html

“A educação é um serviço público, pelo que compete ao Estado a responsabilidade irrenunciável de o regular, de o fiscalizar e de assegurar a sua qualidade, independentemente do prestador. O direito de todos à educação é um dos pilares do Estado de Direito que, em qualquer circunstância, é sua obrigação preservar.” (Roberto Carneiro, 2012:47)

O excesso legislativo que impregna o Sistema Educativo é gerador de instabilidade. (David Justino)

Em Portugal existe uma obsessão normativa e regulamentadora convertida num afã legislativo doentio. (António Barreto)

Do ponto de vista quantitativo

a democratização do ensino é um **sucesso**.

Do ponto de vista qualitativo

a democratização do ensino tem-se revelado um **insucesso.**

Alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos

Estatísticas e rankings.

Práticas sociais

A nossa escolarização não é o resultado de dinâmicas sociais.

A escolaridade obrigatória não é uma necessidade sentida pelas pessoas mas uma **obrigação decidida e imposta pelo Estado.**

Objectivos económicos

Educação e trabalho: uma relação em falência

- O ideário de combate às desigualdades sociais confere ao Estado exclusividade para regular e assegurar a educação.

Transfiguração da relação entre educação e trabalho

Enfraquecimento do Estado

→ **Incapacidade de controlar as desigualdades sociais por meio de políticas educativas**

→ **Incapacidade de inserção dos indivíduos escolarizados no mercado de trabalho.**

Aprofundamento das desigualdades sociais quando a universalização da escolarização prometia esbatê-las.

Descredibilização da democratização igualitária supostamente assegurada pela escolaridade obrigatória.

Centralização das intervenções educativas exclusivamente nos contextos escolares.

Revisão da Estrutura Curricular

"(…) uma melhoria dos resultados escolares".

A sua real execução restringe-se ao contexto escolar.

Demissão de intervenção nos factores extra-escolares .

A avaliação (incoerente) dos resultados educativos

- Os sistemas nacionais e internacionais de avaliação, analisam, expõem, confrontam e divulgam as desigualdades educativas entre escolas públicas e privadas e ainda entre países.

Portugal

Deficiente qualidade da escola pública face à escola privada.

Fracos resultados escolares que expressam o atraso de Portugal em diferentes níveis: regional, social, cultural, político e económico.

Em 2012 o governo português legislou quatro vezes sobre a autonomia das escolas sem que se tivesse efectuado qualquer avaliação.

A ligeireza e a necessidade político-obsessiva de se obter (bons) resultados têm conduzido o Estado a ignorar as análises e as recomendações dos centros de pesquisa em Educação

- Determinantes sociais
- Determinantes económicos

Taxas de aproveitamento escolar

Contextualização dos modelos educativos

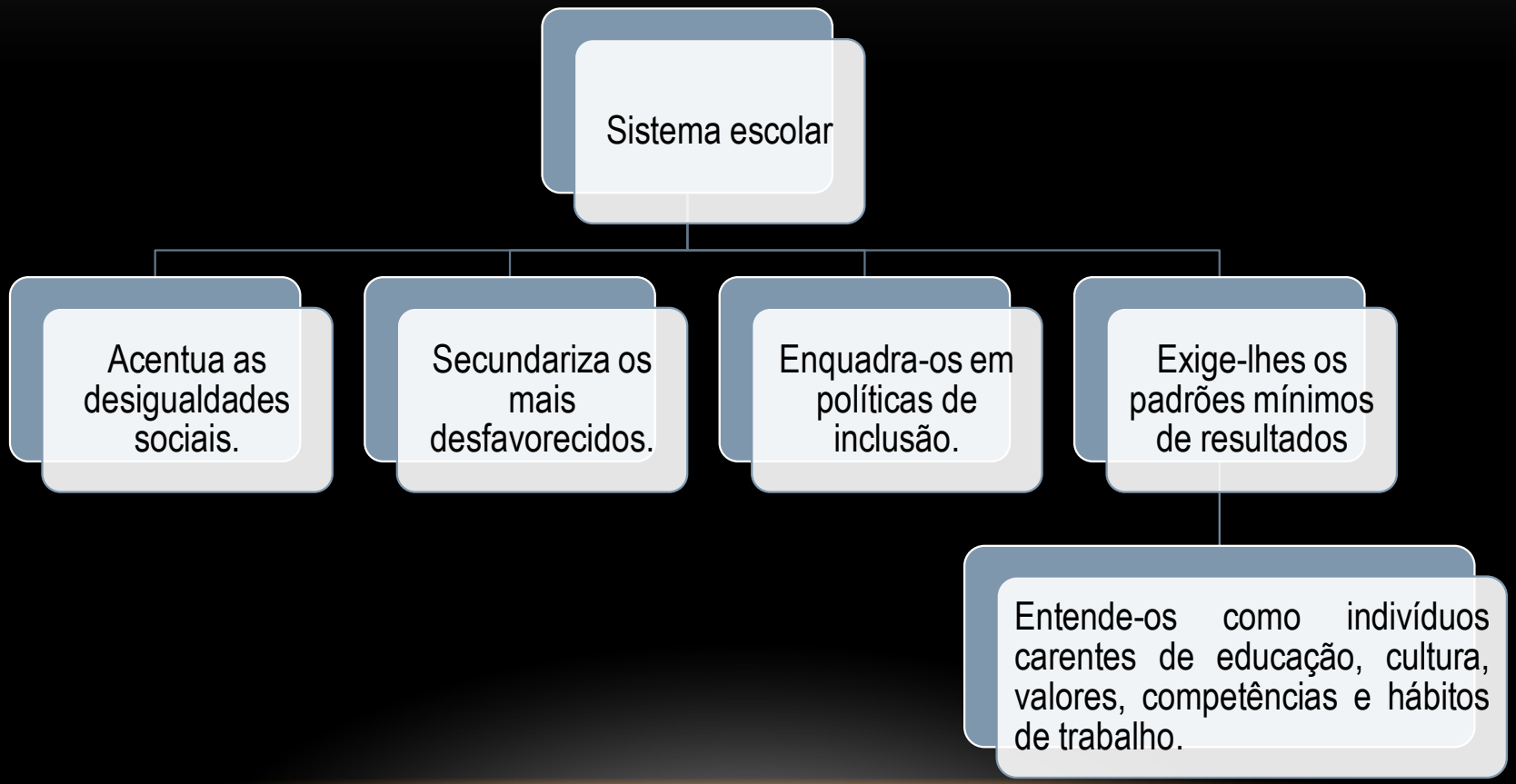
- Determinantes políticos
- Determinantes culturais

- Determinantes de género

SOLUÇÃO EDUCATIVA

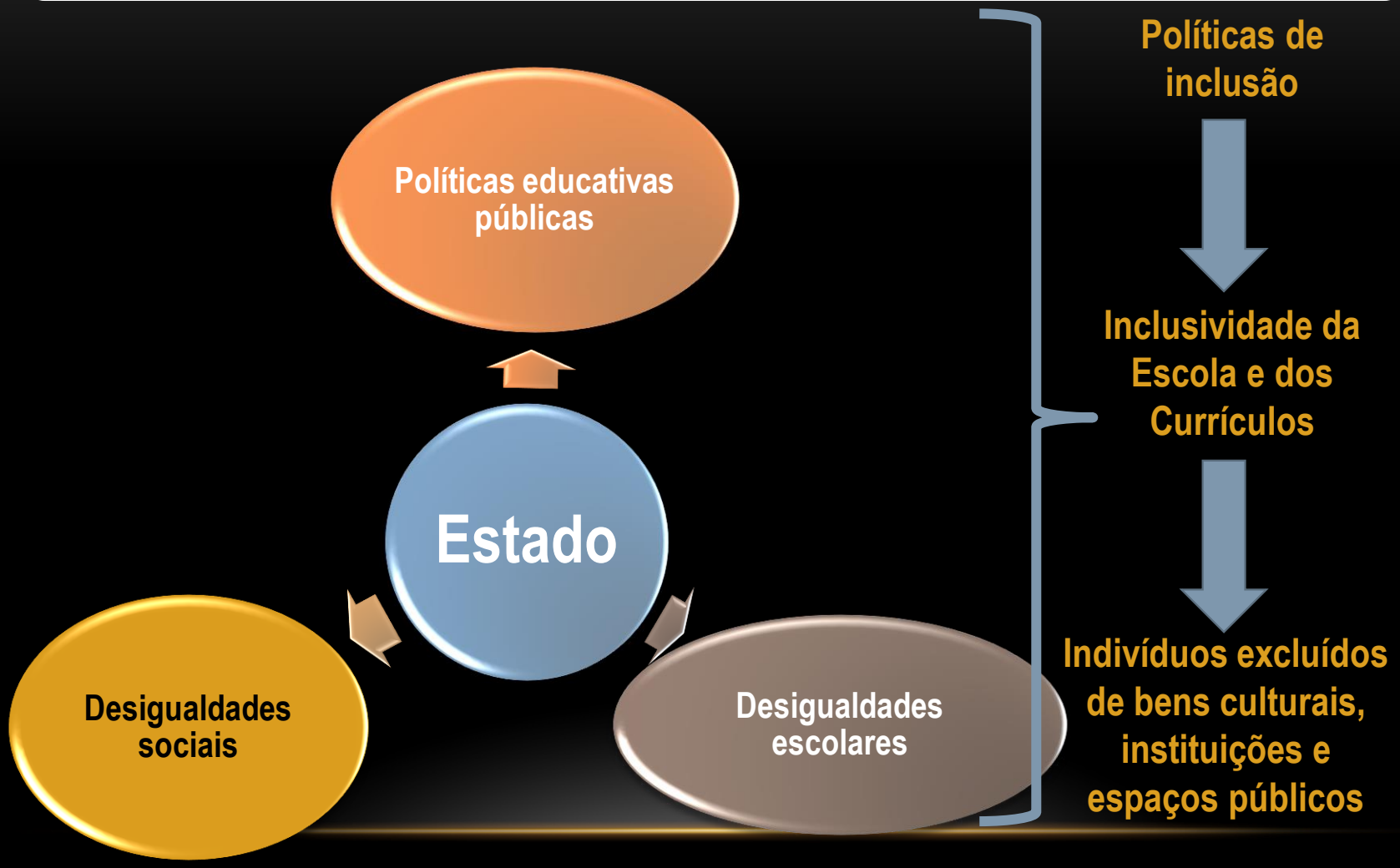
Intervenção político- educativa centrada no contexto escolar.

Sociedade e educação - reconfiguração de afinidades



As funções educativas do Estado centram-se exclusivamente no dever de suprir carências.

Os professores das escolas públicas percebem os limites dos programas compensatórios, face ao peso da precarização material



Grupos socialmente desfavorecidos

Desconhecem que o Estado fracassou no ideário da Escola Pública

Erradicar as desigualdades pela educação

Destinatários (passivos) das políticas educativas do Estado (protagonista)

Igualdade de acesso → Assume-se como uma possibilidade das injustiças e desigualdades sociais serem superadas

Intervenções do Estado na escola pública

↓

Incontestadas e rodeadas de expectativas

↓

A subsistência da escola pública é garantida pelo Estado

O Estado não assume nunca a sua responsabilidade neste problema

Politicas Educativas: do controle à exclusão

Maior exposição das desigualdades

↓

Maior tentativa do Estado para as ocultar

↓

Maior tentativa para manter a ordem social, política e escolar

Politicas Educativas: do controle à exclusão

Políticas de segurança

Ordem e controle

Escola Pública

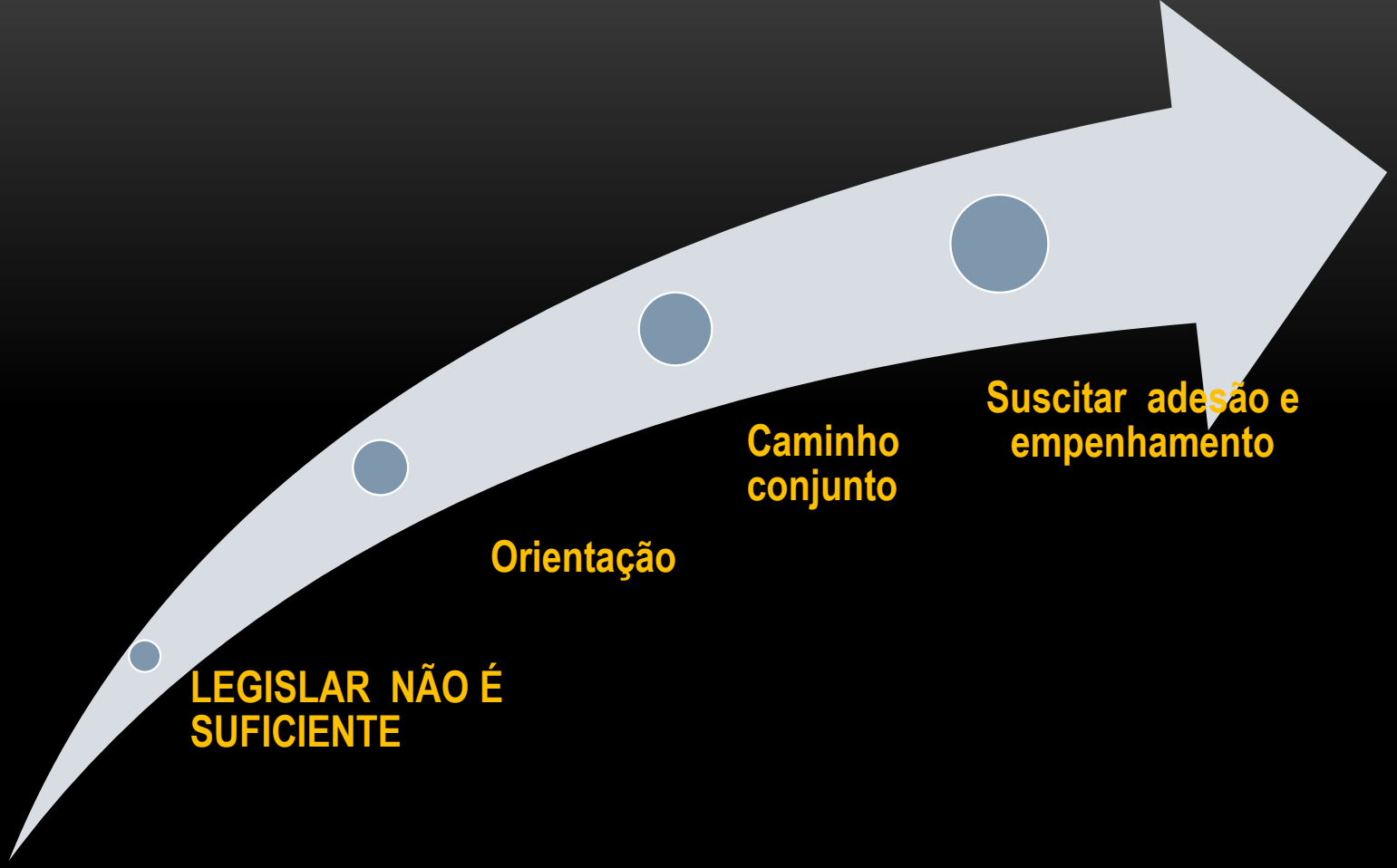
Inclusão transfigura-se em extermínio dos que se revelam incapazes e indisciplinados

Legitima a ideia de exclusão

Opção por políticas de controle, de repressão e de expulsão daqueles que não se enquadram na cultura escolar

Ideário de conceber políticas e instituições educativas que garantissem o direito à herança cultural

Controle


LEGISLAR NÃO É SUFICIENTE
Orientação
Caminho conjunto
Suscitar adesão e empenhamento

Investir-se mais em recursos humanos nos ciclos iniciais para apoiar os alunos que comecem a demonstrar dificuldades de aprendizagem.

Equipa de vários técnicos

Detecção precoce do tipo de dificuldades

Encontrar respostas adequadas.

Professores do ensino regular

Professores de ensino especial,

Psicólogos e outros terapeutas.

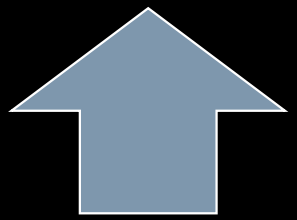
Redução do número de alunos por turma e de conteúdos por ano curricular

"O DESAPARECIMENTO DE UM SENTIDO DE RESPONSABILIDADE É A CONSEQUÊNCIA MAIS EXTENSA DA SUBMISSÃO À AUTORIDADE“.

(STANLEY MILGRAM)

- O conhecimento é reflexão sobre a informação.
- A grande finalidade da educação é assegurar a utilização e a rentabilização da informação que se possui.

Cooperação



modo humanístico de ensinar

- A cidadania define a pertença a um Estado e dá ao indivíduo um estatuto jurídico
- nacionalidade

cidadania liberal assenta na igualdade de todos os homens perante a lei; os direitos são perspectivados como direitos do indivíduo

dimensão mundial

ser de direito.

O Estado fragilizou-se e tornou-se mais necessária a intervenção social dos cidadãos para prevenir e eliminar a exclusão.

Como educar o cidadão?

Escola desmistificadora dos tabus ideológicos e políticos,

Respeito mútuo

Cooperação,

Rejeição da doutrinação.